

EMENDA MODIFICATIVA Nº 79 AO PLE Nº 13/2022

Modifica o Projeto de Lei do Executivo nº 13, de 2022, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2023, e acrescenta-lhe dispositivo normativo.

Artigo Único. Modifique-se a alínea “a” do inciso III do art. 3º do Projeto de Lei do Executivo nº 13, de 2022, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2023, e acrescente-se-lhe item, renumerando os demais, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º
.....
III
.....
.....

a) Eixo Desenvolvimento Urbano, que tem por diretrizes:

1. melhorar a infraestrutura urbana, priorizando a mobilidade ativa e condições de habitabilidade;
2. ofertar equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;”

Sala de Sessões da Câmara Municipal do Recife, 16 de maio de 2022.

Liana Cirne Lins
Vereadora (PT)





CÂMARA MUNICIPAL DO
RECIFE
CASA DE JOSÉ MARIANO

GABINETE DA VEREADORA LIANA CIRNE

Documento assinado digitalmente com usuário e senha por Liana Cirne.
Proposição eletrônica P1050140388/14827. Para verificação de autenticidade utilize o QR Code exibido no rodapé.

Gabinete da Vereadora Liana Cirne

Câmara Municipal do Recife | Rua Princesa Isabel, 410 | Gabinete 27 | Boa Vista - Recife
81 99960.1300 | lianacirne@recife.pe.leg.br |  /lianacirne | www.lianacirne.com.br



GABINETE DA VEREADORA LIANA CIRNE

JUSTIFICATIVA

A presente proposta de emenda objetiva, em termos gerais, incluir as diretrizes gerais que versam sobre o desenvolvimento das cidades, estabelecidas pelo ordenamento jurídico brasileiro, a fim de alinhar a destinação orçamentária municipal às conquistas históricas da população no âmbito do Direito à Cidade.

Nesse sentido, cabe pontuar que a Lei de Diretrizes Orçamentárias deve ter como premissa as necessidades da população. E, para tanto, é necessário que o orçamento seja destinado à concretização dos direitos e garantias positivadas no ordenamento jurídico e nas conquistas sociais fundadas na promoção dos direitos sociais.

À vista disso, vale salientar que o Direito à Cidade, considerado um direito humano e coletivo, é um compromisso ético e político de defesa de um bem comum essencial a uma vida plena e digna em oposição à mercantilização dos territórios, da natureza e das pessoas.

Em consonância a essa compreensão, reputa-se como essencial direcionar o orçamento público para a efetivação de diretrizes que fomentem o Direito à Cidade e todos os seus desdobramentos, tendo em vista que são elementos intrínsecos ao princípio da dignidade da pessoa humana.

Essa emenda tem por objetivo, em específico, estabelecer diretrizes orçamentárias para efetivação do direito à mobilidade adequada no município, tendo como base a inclusão social e o melhoramento do acesso à transporte público de qualidade.

A proposta está adequadamente fundamentada no art. 166, § 4º, da Constituição Federal; art. 98, § 3º, da Lei Orgânica do Município; e possui compatibilidade com o Plano Plurianual 2022-2025. Não havendo óbices legais à Emenda ora apresentada, requer sua aprovação por esta Casa.

Sala de Sessões da Câmara Municipal do Recife, 16 de maio de 2022.

Liana Cirne Lins
Vereadora (PT)

